

## **42º Encontro Anual da ANPOCS**

**SPG38 Sexualidade e gênero: política, direitos e sujeitos**

## **A batalha por uma vaga na creche pública. Retóricas de sexo e gênero em meio a gestão escassa dos recursos de Estado**

Camila Fernandes<sup>1</sup>

Esta comunicação analisa a produção e o fomento de determinadas “políticas da acusação sexual” presentes no interior de instituições de Estado. Estas políticas dizem respeito a veiculação de discursos, atos e práticas que a despeito das lógicas formais da administração pública, contribuem para gestão dos conflitos, recursos, direitos, bens e serviços que chegam a população. A pesquisa é parte da etnografia realizada em Creches públicas situadas nos Morros da Mineira e do São Carlos, um complexo de favelas pertencente a Zona Norte da Cidade do RJ<sup>2</sup>. A partir da observação cotidiana das práticas profissionais realizadas nestas instituições, e também da população que busca acessar o serviço, procuro demonstrar como se arquiteta um discurso de acusação e responsabilização em torno de uma sexualidade feminina “errada” e “irresponsável”.

Durante a pesquisa, acompanhei a rotina de trabalho realizada nas creches públicas, ao lado das casas de mulheres que “tomam conta” de crianças na vizinhança. Além destes espaços de oferta de cuidados, circulei entre grupos de amigos, gestores de programas sociais e profissionais de instituições públicas, buscando ouvi-los sobre os problemas que mais atingiam o cotidiano da favela. Nestes trânsitos, havia uma assertiva constantemente reificada, não apenas nas instituições, mas também pelos moradores, de que os serviços públicos, os programas sociais, as “políticas do governo”, não funcionavam bem porque, “essas mulheres transam muito e não param de fazer filhos”. Frases como, “Elas dão pra qualquer um”, “tem filhos de forma inconsequente”, “não planejam a gravidez” eram

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ) e mestre em Antropologia pelo (PPGA/UFF). Pesquisadora do NuSEX – Núcleo de Estudos em Corpos, Gênero e Sexualidades (PPGAS/MN/UFRJ).

<sup>2</sup> Esta discussão é parte da tese de doutorado intitulada, “Figuras da causação: Sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado”, defendida em 2017 no âmbito do PPGAS/MN/UFRJ e orientada pela Professora Dout. Adriana de Resende Barreto Vianna. Além da interlocução preciosa proporcionada por Adriana, agradeço também as críticas e comentários dos Professores Luiz Fernando Dias Duarte, Claudia Fonseca, Maria Gabriela Lugones e Maria Elvira Díaz-Benitez na ocasião da defesa. Todos estes apontamentos permitiram delinear algumas das ideias aqui apresentadas. Agradeço também aos comentários do grupo de orientandos formado por Lucas Freire, Telma Bemerguy, Aymara Escobar e Jeferson Scabio por todas as indicações generosas que me proporcionaram chegar a discussão presente nesse texto.

evocadas e utilizadas para identificar a geração de uma demanda excedente e de atendimento impossível.

Desta forma, alguns destes “problemas da favela”, como por exemplo, o precário atendimento em Clínicas da Família, a falta de vagas na UTI em hospitais e até os confrontos entre “policiais e traficantes”, eram narrados atrelados a sexualidade das mulheres populares. Mulheres pobres teriam muitos filhos porque “elas não se previnem” e, sobretudo porque: “sempre tem alguém pra criar as crianças que elas têm”. A existência de um suposto contingente de pessoas disponíveis para cuidar, também é apontada como um facilitador de uma sexualidade “irresponsável”. Outra variação dessas afirmações é a de que, quanto mais ajudas, programas sociais e incentivos públicos no tocante a saúde e educação, maiores são os estímulos à uma sexualidade livre e “não planejada” praticada pelas mulheres pobres. O programa “Bolsa Família” é um dos condensadores notórios deste raciocínio, apontado como o maior responsável pela sexualidade livre e incentivo a “fazer filhos”. Portanto, afirmações desse tipo se somavam a outras passagens, nas quais mulheres populares são evocadas como dotadas de uma sexualidade desregrada, compulsória e exagerada.

Como discutido na tese, um tipo de “sexualidade errada” estaria na origem dos problemas sociais. A explicitação sistemática e a enunciação pública destes discursos, convidam a levar a sério o fenômeno que diz respeito as múltiplas formas pelas quais certos problemas da “política pública”, acionam justificações que aludem a uma sexualidade feminina poluidora e perturbadora, dotada de agência especial. Uma espécie de “política da acusação sexual” estaria presente não apenas nas múltiplas formas do “Estado em ação” e suas administrações (Teixeira e Souza Lima, 2010. Vianna, 2013) presentes nestes territórios, como no circuito da moralidade comum e local.

### **As creches públicas**

Um dos espaços privilegiados para imersão nesta teia de acusações acerca da sexualidade e responsabilidades femininas diz respeito à Creche. Na linha desta proposição, saliento a importância de um aspecto, a saber, o de que entraremos no registro das creches públicas. Ao fazer esta marcação, quero enfatizar que a creche pública é um

bem escasso. Isto significa dizer que este espaço institucional, lugar de encontros e pessoas, de bens e serviços, de práticas e ações, não se encontra disponível para todas as pessoas e somente um pequeno contingente da população consegue acessar este bem, um “bem de cuidado” por excelência tal qual formulado por Adriana Vianna (2002)<sup>3</sup>.

Desta forma, creches são figuras cruciais do cuidado. Trata-se de dispositivos ofertados pelo Estado através da Secretaria de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Tais entidades, muito procuradas por famílias que têm filhos, possibilitam a mobilidade dos familiares, para trabalho, estudo, lazer ou tempo livre. A creche é também uma instituição na qual se vivem e se encenam muitas normas; sendo um espaço considerado como de excelência, ainda que atravessado pela escassez e pela precariedade que perfazem o serviço público (Ferreira, 2011; Leite Lopes, 2016). A partir das falas, gestos e atos dos profissionais a “instituição” ganha carnadura e se realiza perante seu público, da maneira posta por Adriana Vianna em alusão ao Negara analisado por Clifford Geertz, como um “centro exemplar”: “nunca plenamente atingido, mas também nunca totalmente desacreditado do Estado ou da lei como deveriam ser” (2013, p. 18).

Na temporada de pesquisa que passei na Creche, acompanhei a batalha por uma vaga na instituição como um dos elementos mais marcantes na vida dos meus interlocutores. Conseguir uma matrícula em uma creche pública significa, entre outras coisas, ter a garantia de que seu filho será olhado, educado, estimulado, alimentado, arrumado, penteado, em suma, todo um conjunto de fazeres que estão compreendidos nos termos do “tomar conta”, ao longo de um extenso período de vida<sup>4</sup>. Este tempo do qual falamos não é pouca coisa na vida das pessoas, considerando que uma criança pode permanecer durante três ou quatro anos de vida sob os cuidados da instituição. É um tempo no qual o desenvolvimento de certas realizações se torna possível, por exemplo, iniciar um estudo, formar-se, montar um negócio próprio.

---

<sup>3</sup> A tese de Vianna examina o agir do Estado na gestão de minoridades através dos processos de guarda de crianças na Justiça. Ao olhar para situações de disputa e negociação de responsabilidades nos cuidados, Vianna percebeu o lugar especial daquilo que ela nomeou como *bens de cuidado*, objetos que materializam e encarnam a virtualidade do cuidar. A provisão e doação dos *bens de cuidado* indicam e reconhecem os bons e legítimos responsáveis, ao mesmo tempo em que exemplificam o amor e o compromisso para com o zelar pelas crianças: “todos os *bens de cuidado* exaustivamente listados – berços, brinquedos, planos de saúde, pediatras particulares etc. – representam sinais do investimento que pode ser calculado e, ao mesmo tempo, que nunca pode ser expresso claramente em termos materiais, já que serve de indicativo da ação desinteressada que não espera pagamento imediato ou não o espera na mesma moeda” (Vianna, 2002, p. 31).

<sup>4</sup> Na tese, discuto de que maneira a categoria “tomar conta” se refere a um dispositivo de regulação da vida que envolve o cuidado e a coerção, bem como a proteção e a cobrança (Fernandes, 2011, 2017).

Habitar esta instituição significa que outros recursos poderão ser agregados sem tantas pelezas, como acompanhamento médico na Clínica da Família, vacinação ou algum tratamento específico, como fonoaudiologia ou ortopedia. Tanto os familiares como as crianças poderão ter acesso e orientações relativas a benefícios sociais, encaminhamentos preciosos para este ou aquele serviço público ou não governamental, informações sobre teste de DNA (onde fazer e quais os procedimentos envolvidos), acesso a cursos de profissionalização ou de naturezas diversas. Estar na creche compreende também um conjunto de mãos e corpos que irão prover atenções e afetos. Potencialidades serão desenvolvidas, hábitos adquiridos, sem contar os laços de amizade e conhecimento que se tecem a partir do convívio na instituição e que podem se converter em ajudas e suportes múltiplos. Não é por acaso que em todas as eleições municipais, estaduais ou governamentais o tema das Creches seja uma das principais pautas de propaganda e disputa política – uma causa que alavanca votos e entusiasmo campanhas eleitorais, presente tanto na retórica dos partidos de “esquerda” como de “direita”<sup>5</sup>.

### **O pedido de uma vaga no “sistema”**

A creche funciona a partir de um regime fechado de acesso. Por regime fechado, quero dizer que, para usufruir dos benefícios ofertados pela Creche, os familiares devem ser sorteados a partir de um processo de inscrições que é realizado uma vez ao ano. Na cidade do Rio de Janeiro, as inscrições são abertas geralmente no mês de novembro e o processo, cujas as datas são divulgadas na Internet e outros meios de publicidade, dura até

---

<sup>5</sup> Durante a última campanha eleitoral municipal, o tema do cuidado foi central no repertório do candidato Marcelo Crivella, que afirmou reiteradamente que sua gestão iria “cuidar das pessoas”. No que diz respeito à atenção à infância, este candidato prometeu ampliar a rede de atendimento com 20 mil novas vagas em creches e mais 40 mil vagas na pré-escola. Tal objetivo seria alcançado, de acordo com as promessas de campanha daquele que se elegeria prefeito da cidade, através da realização de “parcerias público-privadas”, em que “o parceiro privado responde pela construção e manutenção administrativa das novas unidades de ensino infantil, e a prefeitura, pela parte pedagógica e pela merenda escolar”. O candidato Marcelo Freixo, que chegou ao segundo turno, baseou suas propostas para essa área em outras iniciativas, a exemplo da eleição direta para diretoras das unidades, a ampliação do horário de cobertura das creches e a criação de creches noturnas para trabalhadores (Andrade; Azevedo, 2016)

janeiro. A primeira fase é composta da inscrição via internet no site da Prefeitura. Posteriormente, a pessoa em busca da vaga deve comparecer à creche e “confirmar seus dados”. A última etapa consiste em aguardar o resultado do sorteio.

Portanto, um dos fechamentos relativos a Creche diz respeito à conquista de uma vaga no sistema. O acesso à creche se desvela como um dos aspectos mais cruéis e problemáticos da forma como os processos de Estado, a partir das suas administrações, se relacionam com as demandas da população que vive nas periferias urbanas. Narro aqui uma cena relativa ao pedido de uma vaga, como forma de evocar os diversos momentos que fazem o cotidiano de uma instituição pública tal como a creche.

Em frente ao portão de uma das unidades que acompanhei, há uma espécie de banco de concreto, que se estende até um bar colado à instituição. Neste banco, muitas famílias esperam as crianças durante o horário de saída da creche, “novinhas” e “novinhos” se reúnem para conversar. Crianças brincam em frente à rua, que desemboca no casarão. Ali, justamente nesse banco, realizei boa parte da pesquisa e por isto, assisti cenas variadas e ouvi diversos pedidos de vagas para entrar na creche, bem como diversas recusas e negativas: “não tem vaga”, “tem que aguardar o período de inscrição”, “é por sorteio”, “infelizmente não tem”. Até quando as pessoas já conhecem “o sistema” e seus critérios, ou seja, quando elas sabem que é preciso se cadastrar previamente, em uma oportunidade aberta somente uma vez ao ano e sujeita a critérios de seleção, ainda assim elas comparecem à instituição, à procura de uma brecha, uma novidade ou um imponderável que possa revelar o inusitado e se desdobrar em um acesso à matrícula.

Em um dia comum, eu estava sentada neste banco na companhia de uma profissional da creche<sup>6</sup>. Uma mulher chamada Albelina veio até nós, no meio da chuva que caía forte. Tinha o cabelo preso com alguns fios úmidos e desalinhados sobre a face, vestia uma blusa de botões presa na cintura por uma saia longa e plissada que beirava os tornozelos. De um lado, sustentada por seu braço, uma criança grande, toda feita de dobrinhas, se acomodava em seu colo. No outro lado, pendurados em seu antebraço, estavam uma sacola plástica esmirrada e o guarda-chuva, agora fechado, que pingava. Descrevo suas vestimentas e sua corporalidade a fim de descrever a situação de nítida

---

<sup>6</sup> O uso do termo genérico “profissional da creche” se dá por motivos de sigilo. Entre técnicas, professores, vice-diretores, auxiliares, entre outros profissionais, identifico o cargo apenas quando a passagem não fere este princípio de pesquisa.

fragilidade que ela exprimia. Ela chegou até nós e iniciou um pedido à funcionária da creche:

– Oi, tudo bem?

– Tudo bem.

– É que eu preciso de uma creche pro meu filho. Eu preciso de um lugar pra deixar ele... Meu marido tá internado no hospital. Eu tô na casa da minha sogra, eu vim de Minas, eu não posso ficar com ele... Porque tenho que ficar com meu marido que tá doente, também não posso trabalhar... Uma tia dele tomava conta dele pra mim, mas ela foi embora, voltou pra Minas, a avó já ficou um pouco, mas ela tem as coisas dela pra resolver, meu marido está com câncer no estômago e não dá mais pra operar.

– Não temos vagas agora, você tem que esperar o período da inscrição ou vir aqui na segunda-feira pra falar com as diretoras e colocar seu nome na lista de espera, temos mais de 150 crianças na lista de espera, mas vem.

– É que eu não tenho com quem deixar... A casa da minha sogra tem escada, tem mofo, não é um lugar bom pra ele que tem alergia...

– Olha, tem umas casas aqui da vizinhança de pessoas que tomam conta, você poderia tentar ver nessas casas. Tem um preço que dá pra negociar. Tipo R\$ 100,00, R\$ 150 reais...

– Mas eu não tenho dinheiro, eu não tô trabalhando, o único dinheiro que a gente recebe é do Bolsa Família.

– Infelizmente é só isso mesmo, porque não tem vaga, volta aqui na segunda, volta pra falar com elas.

– Tá, bem, tá certo, muito obrigada. Vou voltar na segunda, falar com a diretora...

Destaco esse fragmento de diálogo, tal como aconteceu, para pensar na estrutura do pedido e da recusa que são parte da relação das pessoas com os serviços ofertados pelas administrações de Estado. Ao presenciar o cotidiano na Creche, pude acompanhar dezenas de pedidos como este e igualmente dezenas de recusas, de impossibilidades e de portas que se fecham. Albelina chega com um pedido: por uma vaga na creche para o seu filho. Conta sua necessidade a partir de uma “história”: ela é migrante, vive na casa dos familiares do marido, os parentes não podem mais ajudar no “tomar conta” da criança, seu esposo está enfermo, precisando de cuidados enquanto paciente com câncer. Albelina pede ajuda, ela precisa de uma vaga para conseguir ajudar sua família, talvez arrumar um emprego ou conseguir cuidar dos outros.

A profissional sentada em sua frente, face a face, não tem como oferecer uma vaga, pois “o sistema é fechado”. Na impossibilidade de incorporar seu pedido ou criar uma brecha, finge que é uma pessoa comum, se faz de qualquer uma, pede para ela voltar outro dia, mesmo sabendo que a resposta será idêntica. A profissional sugere que ela volte para colocar seu nome em uma “lista de espera”, junto de cerca de 200 crianças que ali estão registradas de forma desencarnada.

Diante do “não”, Albelina continua. Sua “história” importa e precisa ser enunciada. Ela apela assim para diversos registros de linguagem e agência, em uma expressão semelhante àquilo que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1987) elaboraram como “ordens de grandeza”, ou seja, espécies de guias práticos a que os atores recorrem para justificar suas necessidades, escolhas e situações específicas. Primeiramente, Albelina aciona a ordem da segurança: a presença das escadas e do mofo na sua casa. Em seguida, aciona o registro da doença e da necessidade de cuidar dos outros: seu marido tem câncer e está no hospital. Depois, argumenta com o registro da sua mobilidade e situação trabalhista: ela está desempregada e não tem como procurar trabalho. Segue, lembrando do registro de ser usuária de um benefício social e, portanto, estar em situação de vulnerabilidade econômica: ela só tem o Bolsa Família. Porém, nenhum destes registros discursivos conseguem fissurar o sistema blindado: “o sistema é fechado”. Albelina talvez não volte na segunda feira, e se por acaso voltar, a resposta será a mesma.

A partir destes “fragmentos”, vividos tal qual Maria Gabriela Lugones (2012) destacou em sua tese, na interação entre os “lados do balcão” – em nosso caso, nos bancos, nos degraus da instituição, nas salinhas das diretoras e professoras, na cozinha, nos corredores –, fui vivenciando estas cenas e diálogos que fazem a rotina da instituição. São estas cenas, momentos, expedientes e ações que permitem descrever o chamado “Estado em ação” e verificar tanto o nível das relações interpessoais que se tecem e que produzem seus respectivos efeitos, como o chamado plano simbólico, abstrato ou relativo às ideias que emanam destas práticas<sup>7</sup>.

Nesta levada, registro especialmente a oportunidade que tive de participar do período de inscrições na creche, no qual presenciei diversas pessoas em busca de vaga em

---

<sup>7</sup> Refiro-me a um conjunto de trabalhos que se dedicam a analisar o chamado, “Estado em Ação”. A perspectiva foi aberta pelos trabalhos de Antônio Carlos de Souza e Lima (2002; 2012) e se desenvolveu posteriormente nas análises de Vianna (1997; 2002; 2011; 2013), Ferreira (2011), Lowenkron (2012), Aguião (2014), Lacerda (2015), Lopes (2016), Nogueira, (2016) e Freire (2016).



situações similares à de Albelina. Pude acompanhar o ato da inscrição presencial durante os dez dias, período em que os interessados devem comparecer à Creche. A fim de ajudá-las, as profissionais deixaram que eu atendesse as pessoas, dizendo que aquela era “uma das semanas mais estressantes do ano”.

Desta maneira, ao acompanhar o preenchimento das fichas, pude conversar com as pessoas que chegavam para realizar inscrição. Nesta ocasião vi o atendimento de muitas mulheres, mães, avós, filhas, tias e sobrinhas. Somente dois homens, ao longo de todo o período de inscrição, compareceram. Uma das histórias que ouvi ao participar desse processo era particularmente dramática, se tratava de uma “mulher de bandido”, como foi apontada por outras pessoas assim que ela saiu. A mulher contava que queria muito a vaga porque não aguentava mais apanhar na frente do filho, “se ele ficar aqui, pelo menos não vai ver o pai me espancando”. Durante o preenchimento da ficha, seu filho estava sentado em uma das suas pernas, que se agitavam freneticamente para cima e para baixo no intuito de entreter o menino com o movimento de sobe e desce. Enquanto contava sua “história”, se emocionou muito, contava que o rapaz batia com qualquer coisa, tijolo, pedaço de pau, cano de pistola.

Entre frases ditas baixinho em meio ao corredor no qual estávamos sentadas, ela transparecia um desespero emudecido que causava espanto, mostrava discretamente as cicatrizes pelo corpo, as lágrimas desciam em silêncio, sua boca ainda apresentava o roxo de um hematoma recente. O espaço do corredor era o lugar onde eu estava acompanhando o atendimento, estávamos sentadas em cadeiras pequenas, de tamanho infantil, e separadas por uma mesa igualmente diminuta. Ali, no espaço improvisado, feito na gambiarra, no meio da passagem onde pessoas transitavam para lá e para cá, seu drama era partilhado.

Ao ouvir Rita, sentia sua aflição e era tomada por uma angústia tremenda que crescia a cada momento e me deixava cada vez mais nervosa. Tentava reagir com alguns poucos recursos, dizia que era preciso procurar ajuda, ir à delegacia de mulheres, procurar um abrigo, entre outros dispositivos, “você não pode mais passar por isto!”. Eram frases que vinham da minha boca no desespero de estar face a face com a vulnerabilidade e a violência iminente. Rita estava sendo espancada, e o último episódio era visivelmente recente. Quanta revolta isto me provocava! Entretanto, Rita naquele dia me fez entender que para “mulher de bandido” não existem instituições ou serviços capazes de oferecer proteção. A polícia não iria subir o morro para prender um bandido acusado de violência doméstica, e se assim fosse, ela teria que prestar contas aos amigos de seu marido, parceiros

no tráfico. Ela não possuía uma rede de parentesco em outra localidade que pudesse abrigá-la. Ela estava sozinha e não tinha a quem recorrer. A vaga para seu filho era uma possibilidade, um chão mínimo a partir do qual, caso o conquistasse, talvez ela pudesse pensar em outras estratégias de ação. A vaga para seu filho era aquilo que ela pedia; ter algum momento no dia onde não tivesse que “apanhar na frente do filho”.

Em outro momento, acompanhei a forma como um casal de “classe média” chegou até a unidade para solicitar uma vaga. A categoria “de classe média” era utilizada pelas profissionais e serve para aludir algumas famílias que procuram o serviço da Creche e são interpretados e narrados pelas profissionais como “estes aí, gente que não precisa”. Essa “gente que não precisa”, são pessoas que se diferenciam em função de alguns marcadores, como morar em apartamento no asfalto fora do morro, possuir um “carro do ano, ou ter alguma formação universitária, não importa qual, se pública ou privada. A situação do casal que havia chegado era justamente esta, exceto pelo “carro do ano”. No ato da inscrição, ao saber que se tratava de um sorteio, ambos começaram a questionar a diretora sobre o número baixo das vagas. Diziam que a vaga era um “direito da família e da criança” e que, como tal, deveria ser garantido. Contestavam o modelo do sorteio ao mesmo tempo que contavam sobre suas dificuldades financeiras: enquanto jovens estudantes de universidades públicas, não tinham dinheiro disponível para pagar uma creche privada, nem familiares por perto para ajudar. A Creche se apresentava como única solução de criação.

Laura, diretora da unidade, ouvia os dois extremamente atenta. Deixava-os falar, transparecendo muita tranquilidade e compreensão. Nestas situações, ela geralmente procedia desta maneira, concedia o momento em que os outros podiam falar livremente, com uma espécie de serenidade do burocrata que conhece a minúcia do pleito daqueles que demandam ao mesmo tempo que demonstra uma aparente capacidade de se afetar. Nestes momentos, Laura parecia estar sempre muito à vontade. Ela deixou o casal falar sem qualquer interrupção. O casal citava inúmeros casos, leis e passagens argumentativas, bem como os detalhes de suas necessidades específicas. Após ouvir pacientemente toda a fala do casal sobre “os direitos” e os “absurdos” da política pública, Laura inspirou fundo, colocou as mãos na cintura e engatou numa verdadeira oratória onde demonstrava, de maneira didática, que todo o discurso dos direitos simplesmente de nada adiantava.

De uma hora para outra, seu semblante empático dava lugar a uma postura imponente, agora ela falava para todas as pessoas presentes e, uma vez com a palavra, esta

era toda dela: “olha, deixa eu perguntar uma coisa, porque vocês não esperaram pra fazer filho no tempo certo?”. O casal emudeceu, pareceu desmontar, as pessoas a volta olhavam, ela seguia: “não adianta falar que é direito, porque não tem vaga!”. O casal, atônito, permaneceu durante um tempo sem reação, como alguém que percebe estar acometido de uma realidade intransponível, na qual “não tem jeito”, “nada vai adiantar”. Um pouco de vergonha começava a despontar na expressão dos dois. Buscavam ainda outros argumentos, mas agora o discurso era todo de Laura: “o Estado não tem essa obrigação, de ter que fazer creche pra todo mundo. Se você queria ter filho, porque você não pensou? Em quem ia criar, se ia ter dinheiro? Mas ninguém pensa nisso, não é?”.

Nestes momentos Laura é dona de um tom professoral, sua voz é encorpada, melódica e enérgica. Esta postura, inclusive, me chamou atenção para um aspecto das administrações, a saber, a habilidade de falar para um e ao mesmo tempo falar para todos que estão no entorno, numa espécie de performance pública que consiste em transmitir uma lição para a coletividade. Tais cenas são espécies de “esporros públicos” que fazem parte de uma “pedagogia do constrangimento”, muito própria das administrações. Observei que outras diretoras também acionavam este proceder. Em geral, elas iam muito além de dizer “não”, mas derramavam uma oratória para quem estivesse no ambiente, que continha sempre uma lição moral, uma força de discurso capaz de convencer qualquer pessoa de que não importava qual fosse sua teoria crítica elaborada frente ao serviço oferecido, mas, antes, de que a realidade é feita daquilo que está disponível para hoje. E que muito desta (in) disponibilidade é feito a partir daquilo que não há, daquilo que “não tem”, do que “não tem jeito”.

Neste dia, ela fez exatamente desta maneira. Numa mistura de empatia e pragmática da realidade, na ação daqueles que devem responder sobre o que “não tem”, num lugar eminente de “figura do constrangimento”. Na situação de escassez de recursos estatais, Laura sabe aplicar esta espécie de prática da contenção e desmontar, a partir de uma “alternativa infernal” (Stengers; Pignarre, 2005), todo e qualquer discurso de direitos<sup>8</sup>. O casal foi embora visivelmente desconcertado.

---

<sup>8</sup> Pignarre e Stengers (2005) desenvolvem a ideia de “alternativas infernais” para aludir a situações nas quais a ação pública se apresenta através de uma série de alternativas ou opções quase sempre insatisfatórias e ruins. Estas situações de poder produzem um efeito de paralisação e resignação nos sujeitos, no qual não importa o que houver ou aconteça, as pessoas se veem em situações nas quais “não tem jeito”, nada vai adiantar, quer seja o protesto, a denúncia ou a procura de outras soluções. É, em si, um mecanismo de esvaziamento da ação política, uma vez que reduz as possibilidades de agência e trânsito dentro do “sistema”, neste caso, dos dispositivos de entrada na política pública “creche” oferecida pelo Estado.

Assistir aos diversos “não tem” ao longo da temporada de pesquisa me causou um mal-estar tremendo. A incapacidade das profissionais, que simplesmente não têm o que fazer diante dessas situações, acaba por produzir um “esfriamento” nestas que devem ser as transmissoras das negações e impossibilidades. Com o passar do tempo, observei que o automatismo das respostas, a opacidade dos pedidos e a naturalização das densidades das histórias que ali são contadas fazem parte da rotina administrativa com que estas profissionais devem lidar. Elas relatam o quanto devem ser “frias”, porque “precisar, todo mundo precisa”. Chamo atenção sobretudo para a forma como o “dizer não”, necessidade com a qual as profissionais se veem confrontadas em sua prática cotidiana, produz uma situação de desigualdade flagrante entre mulheres pobres e outras não tão pobres, porém em situação similar de serem batalhadoras e trabalhadoras. Estamos diante de mulheres pobres dizendo não para outras mulheres pobres. As profissionais cujas práticas narro aqui são moradoras de subúrbios, baixadas, periferias e áreas pauperizadas da Cidade, algumas são nascidas e criadas em favelas, outras até hoje são moradoras de favelas e periferias; todas lidam com os problemas de outras mulheres pobres e faveladas.

Entretanto, ao falar em “esfriamento”, quero detalhar que esta “frieza” é de uma natureza curiosamente diferente da acepção do termo “frio”. Não se trata de posturas distantes ou indiferentes, mas é algo de uma frieza aquecida que, ainda que passe por dizer não e assim aparentemente se livrar do problema que bateu à porta, permanece sob a forma de um verdadeiro incômodo e afetação permanente. É por isto que as negativas dadas não resolvem o problema. Estes problemas não resolvidos permanecem indo e vindo, rondando as práticas das profissionais, como uma alcateia que espreita lá fora. Esta frieza, portanto, é na verdade apenas a superfície de uma chama profunda que oferece as bases para elaboração de visões sobre o outro, fomenta a produção dos apontamentos e acusações que, por sua vez, fornecem discursos sobre uma teoria da justiça, da preguiça, da pobreza e do comportamento sexual excessivo, atribuídos ao mundo popular.

Nesse movimento, cabe perguntar: em que momento a empatia em relação a uma “história” se transforma em acusação sobre a preguiça e a incapacidade dos outros? Observei como mulheres, profissionais da administração, podiam exercer ao mesmo tempo uma profunda solidariedade com os pedidos que ali chegavam e um sentimento enérgico de revolta com “a preguiça dos pobres”. A passagem da compreensão para a revolta em

---

relação aos outros era vivida num relance, em questões de minutos. Quando falo em empatia, não me refiro a meras estimas pessoais e fugazes, mas falo de muitas situações nas quais as profissionais tentavam ajudar de fato e buscavam soluções para problemas que estavam “fora da alçada” delas. É justamente nesse contexto intenso e diário que as narrativas e discursos em torno do “sexo que faz filhos” formam um caldo espesso e fecundo para explicar a impossibilidade da política pública de atender sua demanda. Explicam como a sexualidade das mulheres é “errada” e provoca coisas negativas. Estas narrativas operam através da linguagem e do discurso, são feitas num misto de empatia com a dureza da “realidade”, que pode ser traduzida como aquilo que está disponível para hoje<sup>9</sup>.

De volta às inscrições, este momento da batalha pela inclusão na política pública, o dia da divulgação dos resultados do sorteio era um momento extremamente triste, decepcionante e caótico. Durante os dois anos de pesquisa que pude acompanhar havia em cada unidade uma lista de espera de mais de 200 crianças. A lista é fixada geralmente na recepção de cada Creche e lá permanece durante o ano inteiro. Na verificação da lista, a maioria daqueles que se inscreveram recebe a notícia de que não conseguiram as vagas. Pessoas lamentam, choram, brigam, discutem, reclamam e querem satisfações. Alguns saem de cabeça baixa, absolutamente desolados, conversando com parentes que acompanham: “o que a gente vai fazer agora?”. Outros protestam, não entendem “o sistema”, ou melhor, entendem, mas não aceitam.

Eis que alguns começam a “fazer um barraco” na recepção da Creche: gritam, falam alto, ameaçam, gesticulam, se despem dos objetos que seguram, colocam as crianças no chão, precisam das mãos livres para protestar. Nesse momento, as profissionais diminuem o tom, apenas ouvem, amesquinhas, respiram fundo, tentam responder calmamente. Algumas mulheres ameaçam as profissionais, dizem que se a vaga do filho não for concedida, vão “falar com os caras”. Sentenciam, num tom poderoso que dá o futuro por certo, “ah, meu filho vai ter vaga aqui sim! Ah, se não vai!”, seguido de risadas raivosas.

Depois do calor público que preenche o entorno durante um “barraco”, as pessoas que o fizeram conseguem algumas orientações preciosas e estratégicas, como: ir na 1ª CRE

---

<sup>9</sup> A “realidade” é uma das formas das “alternativas infernais” como expressas por Pignarre e Stengers (2005), aquilo que se apresenta como dado ou barreira intransponível na qual qualquer tentativa de complexificar as regras do jogo, a fim de encontrar uma saída, está fadada ao fracasso ou à desistência.

ou procurar o Ministério Público para dar entrada em um processo de garantia pela vaga<sup>10</sup>. Desta maneira, algumas famílias, em geral as mães, seguem a peregrinação burocrática na busca da obtenção de uma vaga<sup>11</sup>. Durante os dois anos de pesquisa, cada unidade contabilizava os nomes de mais de 200 crianças que não foram sorteadas, que “não tiveram sorte”. É nesse momento que surgem na imprensa algumas matérias de cunho sensacionalista que todos os anos noticiam o mesmo: as filas homéricas de crianças que não conseguiram vagas.

A dimensão da “sorte” envolta na concepção frágil de um “direito” supostamente universal, “o direito à educação”, é um lugar eminente de *double bind* (Bateson, 1972). O duplo vínculo descrito por Gregory Bateson fala de situações nas quais o emissor da mensagem transmite uma comunicação plena de sentidos contraditórios ou ambíguos. Nestas situações, o receptor da mensagem se encontra em uma realidade na qual não é possível ganhar, e o que resta é habitar a própria situação de ambiguidade e angústia imposta pelo “sistema”. Quando a política pública se apresenta ao mesmo tempo como um direito universal e com critérios exclusivos de acesso e “sorte”, traduzidos em diversos atos cotidianos de poder e negativas de acesso a um bem, estamos diante da tradução política do conceito do autor. Trata-se de duas mensagens absolutamente contraditórias: preconizar que a educação é fundamental para todos, que a criança é “sujeito de direitos”, e ao mesmo tempo deixar um contingente expressivo de crianças fora da política, na “lista de espera”.

Nesse sentido, é importante explicar que a entrada na creche se faz a partir de três maneiras distintas de acesso à política pública. A primeira se realiza a partir de um “sorteio

---

<sup>10</sup> As Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) têm como atribuição a gestão dos equipamentos de educação municipal. A 1ª CRE gerencia a área central da cidade, cobrindo a região que vai de Santa Teresa até São Cristóvão, e localiza-se próxima à Praça Mauá. Ressalto que a indicação de recorrer a essa instância é muitas vezes inócua e, na maioria dos casos, leva os solicitantes das vagas a apenas perderem tempo e dinheiro de passagem, pois na CRE as famílias são informadas de que somente o Ministério Público pode agir nestes casos.

<sup>11</sup> Algumas famílias procuram o Ministério Público ou vão até a Prefeitura reclamar. Fui até o órgão responsável pelos processos de pedido de vaga e encontrei um processo da minha altura, em tomos empilhados sem obedecer a nenhuma sequência linear. Algumas de suas milhares de páginas traziam queixas e denúncias registradas sobre pedidos de matrícula não atendidos. Para poder utilizar as páginas do processo na pesquisa a fim de exemplificar os trâmites pelos quais as famílias passam, eu teria que fazer uma solicitação que posteriormente deveria ser aprovada pelo Juiz responsável. Diante de tanta burocracia, acabei desistindo, e preferi voltar à pesquisa na favela. Entretanto, registro esse movimento para indicar a peregrinação pela qual os familiares devem passar na conquista de uma vaga, caso não sejam contemplados no sorteio.

público”, no qual a princípio toda pessoa pode concorrer. A segunda forma se apresenta como um desdobramento da primeira, porém envolvendo o acionamento de critérios assistenciais de vulnerabilidade que visam a qualificar os sujeitos que apresentam maior prioridade/necessidade de acessar uma vaga<sup>12</sup>. A terceira se dá pela via normativa e do Direito (“educação é direito de todos”) e pode ser acionada nos casos em que os familiares recorrem à Justiça. Desta maneira, em um contexto de pobreza e disparidade de recursos, tais critérios acabam por gerar rumores e fofocas no decorrer do processo de inscrição, mas não somente; transformam-se em diversos juízos e interpretações produzidas no conjunto de afirmações do cotidiano popular sobre “quem precisa mais”, “quem fez filho na hora certa”, “que mãe que trabalha”, “quem é vagabunda”, “quem conseguiu vaga, mas passa o dia na praia e chega aqui bronzeada”, “quem fez tudo certo, na hora certa e ficou de fora”, “por que fez outro filho, se já tinha um?”.

Ao mesmo tempo, uma vez que as pessoas sabem que narrar as suas próprias vulnerabilidades no processo de acesso a vagas importa, elas buscam mobilizar seus sofrimentos porque entendem que esta situação pode fazer diferença no sorteio das vagas no “sistema”. Porém, como o resultado final da distribuição das vagas de qualquer maneira fica muito aquém da necessidade dos grupos ou praticamente todas as crianças concorrentes se encaixam em ao menos algum dos critérios, elas se questionam, ao final do processo, se esses critérios são eficientes, se eles “realmente funcionam”, se vale a pena dizer que tem um “parente presidiário” na família, se isto “conta mais” do que alguém “doente”, por exemplo, do “porquê [de] uma mãe de 22 anos precisar menos do que uma mãe de 16 anos?”. Daí que muitas pessoas que acompanhei preferiam simplesmente “dizer a verdade” da sua situação, por conhecerem exemplos de parentes e vizinhos que, em experiências anteriores de tentativa de obter uma vaga, elencaram uma série de dramas e relatos pessoais e ainda assim não conseguiram. Desta maneira, finalmente, resta o critério da “sorte”, aquele que parece melhor funcionar neste esquema repleto de impossibilidades e nuances de suplício. A título de esclarecimento, vale dizer que o sorteio é público, feito

---

<sup>12</sup> Os critérios devem ser preenchidos e comprovados a partir de documentação específica. No Rio de Janeiro, devem ser atendidos na seguinte ordem: “1) Crianças cuja família seja beneficiária do Cartão Família Carioca; 2) Crianças com deficiência; 3) Crianças cuja família esteja inscrita em algum programa de transferência de renda; 4) Crianças que estejam relacionadas na lista de espera da creche, elaborada no ano anterior; 5) Crianças ou familiares vítimas de violência doméstica; 6) Crianças ou alguém do núcleo familiar acometidos por doenças crônicas; 7) Crianças com alguém do núcleo familiar que faz uso abusivo de drogas; 8) Crianças com alguém do núcleo familiar que seja presidiário ou ex-presidiário; 9) ter irmão(ã) gêmeo(a) que também está sendo inscrito(a); 10) Ser filho de mãe adolescente” (Brasil, 2014).

através de um programa de computador específico para tal fim. O que estes modos de acesso a vaga apontam é que a disponibilidade da política pública é extremamente insuficiente e nenhuma destas modalidades de acesso é capaz de superar o déficit de vagas nas creches, um problema estrutural em todas as cidades e Estados do país.

### **O distúrbio e a “desordem” dentro do centro exemplar**

Alguns elementos apontados como “errados” nos modos de vida dos outros, considerados problemáticos nas formas de fazer família nas classes populares, podem ser identificados no “centro exemplar” que a Creche produz como imagem de si. Meu objetivo aqui não é operar com o procedimento da acusação: intento apenas chamar atenção para a forma pela qual os mesmos processos e elementos que são criticados do lado de fora das instituições estão presentes dentro destas. Com esta descrição, não espero relativizar as práticas e suas consequências, mas pretendo acompanhar as cadências de energia, vida, criação e “nervoso” que corporificam uma instituição como a Creche. A partir destas cadências, será possível uma aproximação gradual em relação aos problemas, às carnes morais e aos jogos que fazem do “tomar conta” um exercício absorvente e essencialmente exaustivo. A partir deste caminho descritivo, a teia de acusações morais fomentada na interface do cotidiano com as instituições de Estado torna-se inteligível. Finalmente, com a descrição do ambiente interno à instituição, pretendo delinear algumas ideias sobre o que apresento como um “Estado Feminino”.

Se uma casa é um espaço de difícil administração devido às inúmeras urgências que brotam nela, faz sentido pensar que a Creche é uma hipérbole da casa. Não são levianas as passagens em que muitas profissionais entoam enunciados do tipo “isto aqui é como uma família”, em frases que apontam para a dimensão familiar inelutável da instituição. Estamos, pois, diante das entranhas afetivas, morais e de parentesco que fazem nossas instituições públicas.

Numa Creche, tal como numa casa, tudo acontece e deve ser resolvido. Acompanhei o acúmulo de tarefas, a exaustão, a rotina e a multiplicidade de deveres que as profissionais devem superar. Elas realizam trabalhos que, até pouco tempo atrás, “não faziam parte da obrigação”, como fiscalizar as presenças das crianças para alimentar os



dados do Bolsa Família e do Cartão Carioca, verificar quais crianças não têm o “nome do pai” na certidão de nascimento, convocar suas mães à creche para oferecer esclarecimentos quanto a possíveis encaminhamentos ao programa “Pai Presente”, entre outras demandas que chegam e que exigem fiscalização, registro burocrático e um tempo considerável da ação de trabalho. “Tudo vem lá de cima”, como me explica uma profissional ao dizer que as decisões são tomadas por instâncias superiores e que nenhuma destas definições inclui a participação e opinião delas, que atuam “na ponta”. Este é um proceder que participa daquilo que Herzfeld chama de uma “teodiceia secular”, “meios sociais para as pessoas lidarem com a decepção” (1992, p. 7), em que a burocracia se desdobra em seus aspectos metafísicos e religiosos, como algo que vem do “alto”, que remete a um mundo superior e desencarnado, que não se vê, mas no qual se deve acreditar.

No âmbito da comida e da alimentação, a cozinha da Creche guarda uma das atividades mais exigentes na ação do “tomar conta”, que diz respeito ao trabalho das antigas “merendeiras” e atuais “auxiliares de cozinha”. É possível que o nível máximo de precarização e doenças de trabalho se encontre aqui, na figura das mulheres que se dedicam a cozinhar, alimentar e nutrir. O cargo data do ano de 1985 e desde os seus primórdios está envolvido em controvérsias políticas acerca de sua valorização e reconhecimento<sup>13</sup>. Uma merendeira pode limpar, cortar, fatiar e picar em um dia de trabalho grandes quantidades de carne, legumes e verduras. O trabalho também consiste em manusear panelas enormes e pesadas, que servirão para alimentar as crianças e os funcionários da Creche.

A cozinha deve ser completamente higienizada, tanto no início do turno como após o momento em que as refeições são servidas. Não é por acaso que, na rede municipal de Educação do Rio de Janeiro, durante o ano de 2015 existiam 5.000 merendeiras contratadas e que, deste total, 2.900 profissionais estavam “readaptadas”, ou seja, haviam sido remanejadas para exercer outras funções, muito possivelmente devido a desgastes e doenças ocupacionais. Enquanto isto, 890 mulheres estavam definitivamente afastadas por conta destas patologias<sup>14</sup>. Ademais, é importante registrar que a forma de contratação de

---

<sup>13</sup> No surgimento desta categoria profissional, o trabalho consistia em atividades de servir e montar pratos, os alimentos chegavam industrializados e preparados, como salsichas, enlatados e coisas do gênero. Com o passar do tempo, as normativas em relação a alimentação saudável foram chegando, e um padrão de boa alimentação recaiu na prática das profissionais. A tarefa das merendeiras passou do ofício de montar e preparar pequenos pratos para a tarefa de cozinhar alimentos em grande escala.

<sup>14</sup> Chamo atenção mais uma vez para “a confusão dos números” como dispositivo fundamental dos processos de “fazer Estado”. Os dados mencionados acima foram relatados pela equipe do Vereador Paulo Messina na ocasião em que estivemos juntos. Posteriormente, no período das eleições municipais do ano de 2016, o

muitas das funcionárias (tanto da cozinha quanto no setor de limpeza), empregadas através de empresas terceirizadas, envolve um alto nível de precariedade que as deixa sujeitas a toda a sorte de acontecimentos possíveis ao longo do fluxo de repasse das verbas entre empresas privadas e a Prefeitura.

Observei que as diretoras de algumas unidades faziam “vaquinha” para o pagamento da internet, um serviço que deveria ser financiado “pela Prefeitura”. Entretanto, cada unidade apresentava algum problema específico relativo ao fornecimento de acesso à rede mundial de computadores. Todos estes problemas eram de competência e responsabilidade do “poder público” e envolviam licitações não cumpridas, contratos em atraso ou dificuldades técnicas de responsabilidade das empresas de comunicação no oferecimento do serviço (por exemplo, a inexistência de cabeamento de internet em determinada favela, por exemplo). Desta forma, gambiarras e combinados informais eram tecidos com moradores locais, os “conhecidos”, que se empenhavam na realização de reparos na creche. Estes serviços poderiam ser hidráulicos, elétricos, de construção, de limpeza, entre outros. Obviamente, todo este conjunto de serviços estava previamente aprovado no “orçamento da prefeitura”, mas “o dinheiro nunca chega”, como comentavam as profissionais. Assim, o atendimento às demandas era retardado, o que obrigava as profissionais a realizar diversos tipos de virações mirabolantes para manter o serviço funcionando.

A presença de televisores nas salas de aula é outro elemento digno de consideração, já que o recurso a esse objeto é fortemente criticado quando se fala nas Casas de “tomar conta”: “lá, as crianças ficam largadas e abandonadas à televisão”. Fiquei surpresa quando comecei a acompanhar as dinâmicas em sala de aula na Creche, onde pude observar que cada sala conta com a presença dos monitores. A televisão é utilizada pelas professoras, seja na hora do descanso que se inicia após o almoço, seja também durante as manhãs e as

---

vereador publicaria um documento declarando seu apoio ao atual prefeito da cidade Marcelo Crivella. Neste documento ele afirma: “Originalmente concursada para manipular merenda, e não fazer refeições, a merendeira tem ‘vida útil’ de 5 anos. De cerca de 4.500 merendeiras ativas no município, apenas 1.500 (1/3 do total) estão nas cozinhas. A grande maioria está readaptada por problemas físicos, e as demais estão licenciadas e em processo de readaptação. Desde 2009, a prefeitura vem terceirizando as cozinhas, e hoje cerca de mil unidades já estão com empresas contratadas. É necessário reestruturar as atribuições das merendeiras para lhes dar um destino mais produtivo e menos penoso, não só por elas, mas pelas crianças que ainda vivem de lanches emergenciais ou cardápio simplificado. E ainda, ressignificar suas atribuições como Agentes de Alimentação Escolar pode trazer mais de 3 mil servidores de volta à ativa, além de sua melhor valorização, com a progressão para nível médio e progressões por formação. Vamos também estudar a inclusão de copeiras e serventes neste mesmo projeto de lei”.

tardes, com as crianças acordadas. Muitas vezes a televisão passava horas ligada exibindo filmes infantis, que eram trazidos e comprados pelas professoras. A maioria dos filmes disponíveis eram CDs “piratas”, adquiridos em camelôs nos mercados informais.

Outro aspecto criticado nas Casas é que nelas haveria “poucas pessoas para olhar as crianças”. A presença de poucos adultos responsáveis seria mais um elemento para a criação das crianças “largadas”. Entretanto, sabe-se que este é um dos aspectos mais pungentes na Educação Infantil oferecida pelo Estado: a falta de profissionais suficientes nas Creches. Não foram poucas as situações em que observei que a rotina das profissionais consistia em “tapar os buracos” causados pela falta de professoras. Do ponto de vista normativo, uma sala com a presença de 25 a 28 crianças deve contar com a permanência de dois professores e dois auxiliares. Nas creches que acompanhei, esta configuração raramente ocorreu: a composição da equipe para atender as crianças é feita de muitos revezamentos e malabarismos entre mulheres, que geram, conseqüentemente, uma considerável sobrecarga de trabalho. Administrar esta escassez de profissionais era um dos problemas primordiais das diretoras e professoras.

A falta de profissionais tem um efeito muito prático no tipo de tratamento oferecido às crianças. Do ponto de vista humano, é impossível que duas adultas consigam “dar atenção” a um grupo contendo entre 25 e 28 crianças em sala. Muita criança para dar conta, pouco adulto para “tomar”. Momentos como servir a comida, dar banhos, fazer os penteados de cabelos, colocar para dormir, reunir o grupo para uma roda de leituras, propor uma atividade manual ou de concentração são feitos, diariamente e repetidamente (para 25 a 28 crianças), por apenas duas mulheres. Não importa o quão afetuosas ou dedicadas elas sejam, em diversos momentos a pressão do grupo consegue vencer qualquer tentativa de organização ou tarefa que requeira uma atenção ou concentração maiores.

Outras sensações adensam os “estados emocionais”. Em uma das Creches que acompanhei, algumas professoras se sentiam desconfortáveis durante a limpeza das crianças no berçário, diziam que era necessário o uso de luvas descartáveis para realização da troca de fralda. Estavam munidas de uma recente normativa da vigilância sanitária que sugeria o uso deste material em situações como estas. Presenciei o desenvolvimento de brigas em torno desta questão. Apesar do uso das luvas não ser obrigatório, ele é indicado de acordo com as sensações de repulsa, nojo ou preferência de cada profissional. No entanto, “a prefeitura não tem dinheiro” para fornecer as luvas, e o material consiste num artigo de luxo que sempre está em falta.

Certa vez, uma diretora estava em polvorosa com parte da equipe, que por sua vez estava realizando um tipo de motim via grupo de *WhatsApp* para reclamar e protestar contra a falta das luvas. Fazia semanas que a diretora tentava “dar um jeito” e comprava as luvas com o dinheiro de seu próprio bolso a fim de abrandar a situação, porque, segundo ela, “a Prefeitura”, apesar de aderir à normativa, não oferecia o material. A falta destes objetos, das coisas que “deveria ter e não tem”, pode agregar ainda mais conflitos entre as profissionais, que chegam com forte tensão em relações já atravessadas por assimetrias diversas.

As preocupações com a limpeza se aplicam também às peças pessoais das crianças, objetos veículos que trazem a intimidade da família para dentro da instituição. Assim, os interiores das mochilas, bem como as peças de roupas, podem ser acionados para qualificar o bom ou mau cuidado de determinada família, em especial da figura materna. As profissionais discorrem sobre o “desleixo” de algumas mães, a partir da presença destes atributos. Nestas situações, muitas vezes as profissionais criticam o zelo “excessivo” das mulheres mães com o cabelo dos filhos, uma preocupação, na perspectiva delas, aparentemente fútil quando comparada à apresentação de outros objetos e vestimentas das crianças. Nestas situações, é comum ouvir frases como “a mochila tá uma zona, mas o cabelo! Ah, tem que tá arrumado! Experimenta entregar uma criança despenteada pra você ver? Elas vêm com tudo em cima de você”. O acionamento da preocupação “excessiva” com a aparência dos cabelos, em contraposição ao cuidado supostamente não ofertado pelas mães através dos objetos das crianças, é uma das preocupações que falam de relações raciais, atualizados a partir dos penteados das crianças.

### **Um Estado feminino**

No exame da ação das profissionais da Justiça nos Tribunais de Córdoba, Maria Gabriela Lugones (2012) observou a presença de mulheres, as “pequenas juízas” responsáveis por “levar o caso”, na dinâmica interna dos tribunais. Neste contexto, Lugones identificou um repertório de gênero constantemente acionado: “sentir”, “prever”, “escutar”, “ouvir” e “evitar” eram termos que apontavam para qualidades e competências prenches de um imaginário de gênero.

Ao retomar o par “gestar e gerir” como posto por Antônio Carlos de Souza Lima (2002), a autora possibilita o reconhecimento de uma espécie de “gestão maternal” presente nas dinâmicas tutelares próprias das práticas judiciais em contato com as “minoridades”<sup>15</sup>. É neste contexto que Lugones sugere uma figura construída, o “matronazgo”, um tipo de espectro que relaciona “noções sócio-historicamente produzidas a respeito dos atributos endossados aos direitos-deveres maternos” (2012, p. 211). A autora salienta que estes valores não estão referidos aos aspectos legais ou normativos, mas dizem respeito a “uma plataforma de crenças divididas que, embora em contínuo deslocamento, mantém traços fortes em relação ao que nos acostumamos a reconhecer como uma gestão maternal” (2012, p. 212).

A presença e “a força das imagens maternas” desveladas por Lugones, mais especificamente da própria maternagem na gestão judicial das minoridades, permite identificar a capacidade do gênero de dar sentido, de qualificar os feitos no cotidiano de uma instituição de Estado e de salientar, por exemplo, a centralidade da categoria “prevenção”, lembrando que “prevenir é também prever”. As condições reunidas no ato de “prever” estariam vinculadas às intuições, ao “faro”, à capacidade de rastrear um possível drama, a estas e outras características atribuídas, em geral, a uma socialização feminina.

Utilizo estas reflexões para desenvolver o argumento de que aqui, na Creche, ocorre um fenômeno muito semelhante. Um “Estado feminino” se desvela na presença de mulheres trabalhadoras, de origem popular, que alcançaram uma situação de maior ou menor estabilidade de trabalho ao conquistar uma posição no serviço público. Porém, estas mesmas mulheres se encontram em situação de batalha, considerando que ainda são moradoras de zonas periféricas e da baixada da Cidade, possuem família, muitas têm filhos e, portanto, estão envolvidas em circuitos de “tomar conta”. Ao mesmo tempo, muitas se situam no lugar de “figuras do constrangimento” quando devem administrar a incapacidade de acolher as demandas por vagas dentro do “sistema”, entre outras inúmeras faltas. Se por um lado elas ocupam cargos de poder ou de prestígio, como professoras ou diretoras, por

---

<sup>15</sup> É importante lembrar de outras figuras relacionais ao matronazgo retomadas por Lugones: “São frutíferas aqui as afirmações de Pacheco de Oliveira (1998: 224) e Vianna (2004: 62), que retomam as formulações de Paine (1977: 80-86) e, valendo-se da figura da governanta como tutora, propõem que a tutela implica necessariamente certa infantilização daqueles que são o seu objeto, ao que o matronazgo recordaria que a esta infantilização corresponde uma ‘maternalização’ da gestão”(Lugones, 2009 p. 213). Para considerações neste sentido, ver também o artigo fundamental de Vianna e Lowenkron, sobre processos de engendramento entre gênero e Estado (2017).

outro, elas não participam dos processos de decisão impostos pelo próprio “sistema”, já que “tudo vem lá de cima”, incluindo decisões fundamentais ao trabalho delas.

Estas são profissionais que se encontram “na ponta” da gestão estatal e devem gerir, o tempo inteiro, os pedidos que chegam à recepção, as “histórias tristes” que são contadas e que abundam nas franjas da instituição, a realidade do entorno que bate à porta de maneira insistente, mesmo diante das regras blindadas do “sistema”. No fundo, são vistas como aquelas que, de uma forma ou de outra, podem e devem “dar um jeito”.

Desta forma, são as profissionais que devem administrar a precariedade a partir de gambiarras e virações como a “vaquinha da internet”, a falta de professoras em sala de aula, a providência das luvas para a troca de fraldas, entre outros tipos de serviços e objetos custeados através destas composições inusitadas e precárias. Elas manuseiam o peso e o custo social dos “filhos dos outros”, bem como o das panelas gigantescas da cozinha que devem estar ora cheias, ora limpas e higienizadas. Este é um “Estado feminino” que se assenta na fragmentação das categorias hierárquicas entre mulheres, entre professoras, diretoras, agentes de educação, profissionais da limpeza e da cozinha, que se distribuem por contratos de emprego variados, com naturezas distintas e valores salariais díspares, o que instaura uma assimetria profunda entre as profissionais.

Através da cena entre profissionais e mulheres que buscam uma vaga no “sistema” conhecemos uma retórica dotada de uma estética de gênero, que não somente incorpora as dimensões maternais mais clássicas, como prever, sentir, cuidar ou fragmentar, e que, na luta pelos direitos, aciona metáforas maternais, a exemplo do útero e do ventre como demonstrado por Vianna e Farias (2011), mas que pode também ser profundamente violenta quando se ergue a partir de um “Estado feminino” amoroso, que sabe ofertar afeto ao mesmo tempo que sabe distribuir esporros públicos.

Este “Estado feminino” que vigia e troca acusações olhos nos olhos frente a homens fardados, enquanto ironiza a violência policial praticada no dia a dia, tem seu aspecto violento em outras modalidades de tratamento, imiscuída nos pequenos gestos cotidianos, nas recusas sistemáticas dadas às famílias, nas incontáveis negativas aos pedidos por vagas, na contenção dos recursos sociais, na gestão contínua da falta, nos posicionamentos minuciosos sobre pessoas que “precisam mais” ou que “precisam menos”, no estabelecimento de critérios de vulnerabilidade dentro de regimes pensados como “democráticos”.

Estamos, assim, diante de territórios de acusação e controle. Neste contexto, discursos sobre uma sexualidade exagerada e fora de hora se constituem como um dos mecanismos de constrangimento e acusação para lidar com a realidade da política pública, em sua incapacidade de atender às necessidades dos outros. Entre estes polos nada estáveis de posições sociais, visualizamos a proximidade das questões que unem essas mulheres dentro e fora da administração estatal e provocam a possibilidade de empatia, a “vontade de ajudar”, sem desfazer a distância social que decorre de ocuparem posições de poder assimétricas. Assim, para gerir a incapacidade de atender à demanda que chega à instituição, encontramos práticas que atualizam características comuns à feminilidade, como o acolhimento e o cuidado com as crianças que são atendidas nas instituições, ao lado de expedientes de humilhação, cobrança e responsabilização. A creche, como espaço institucional e supostamente neutro, reifica aspectos do mundo familiar articulando o cuidado e a coerção, o carinho e o castigo daqueles que dependem de sua ação. Estamos diante de um Estado amoroso que ao mesmo tempo que sabe amar, sabe punir.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGUIÃO, Silvia et al. Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014.

BATESON, Gregory. Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. University of Chicago Press, 1972.

BOLTANSKI, Luc; CENTRE D'ÉTUDES DE L'EMPLOI (PARIS). PROGRAMME DE RECHERCHE ET D'OPÉRATIONNALISATION SUR LES TOPIQUES DE L'ÉQUITÉ ET DE L'ÉQUIVALENCE; THÉVENOT, Laurent. Les économies de la grandeur. Presses universitaires de France, 1987.

FERNANDES, Camila. Ficar com: Parentesco, Criança e Gênero no cotidiano. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF. Niterói.

FERNANDES, Camila. Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado / Camila Fernandes. -- Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. Museu Nacional de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ), Río de Janeiro, 2011

FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. Cad. Pagu [online]. 2016, n.48, e164813. Epub Oct 20, 2016.

HERZFIELD, Michael. The social production of indifference: exploring the symbolic roots of western bureaucracy. Chicago: The University of Chicago Press, 1992

LACERDA, Paula. O “caso dos meninos emasculados de Altamira”: polícia, justiça e movimento social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Paulo Victor. Homens autores de Violência Doméstica: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação do Estado. Tese (doutorado em Antropologia) – PPGAS Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.

LOWENKRON, Laura. O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos/ Laura Lowenkron. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2012

LUGONES, Maria Gabriela. 2012. Obrando en autos, obrando en vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-papers/LACED/Museu Nacional. 224 pp.

NOGUEIRA, Carolina de Oliveira. Lolita: literatura e transgressão. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia social (PPGAS- MN). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement. La Découverte, 2013.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. 2002. Introdução: Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, A. C. (Ed.). Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 11-22.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. 2012. Apresentação Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. Revista de Antropologia, USP, v. 55 n° 2, 559-564.



STOLER, Ana Laura. *Affective States In Nugent, David; Vincent, Joan. A companion to the anthropology of politics.* Blackwell Publishing, 2007. [pp. 4-20].

TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antônio Carlos. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: MARTINS, C. B.; Duarte, L. F. D. (Ed.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia.* São Paulo: Anpocs, 2010. p. 51-95.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento.* Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 79-116, 2011.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. Adriana Vianna (Org). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades.* Rio de Janeiro, E-Papers, 2013, pp.36-67.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. Apresentação. Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações. *Cadernos Pagu*, n. 51, p. e175100, 2017.

## **LEIS FEDERAIS**

DA CRIANÇA, Estatuto. do Adolescente (ECA)(1990). Lei Federal, n. 8069, 2010

## **ARTIGOS DE INTERNET**

ANDRADE, Hanriksson de; AZEVEDO, Guilherme. Conheça as propostas dos candidatos à Prefeitura do Rio para sete temas. UOL Eleições 2016. Rio de Janeiro, UOL, 30/09/2016. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/09/30/cariocas-apontam-problemas-e-uol-lista-propostas-de-candidatos-a-prefeito.htm>>. Acesso em 30 out. 2017.